

☐ **REQUERIMENTO**      Número      /XI (      .ª)

☒ **PERGUNTA**      Número      /XI (      .ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da  
Mesa

**Assunto: Dezenas de milhares de falsos recibos verdes em risco de penhora por dívidas à Segurança Social**

**Destinatário: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social**

*Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República*

Em resposta à pergunta n.º 27/XII/1.ª do Bloco de Esquerda o Ministro da Solidariedade e Segurança Social informou-nos que pretende manter a cobrança da coerciva aos trabalhadores independentes com o objectivo de manter “os bons resultados na recuperação de dívida” que têm ocorrido nos últimos anos.

Assim, o MSSS afirma que até ao primeiro semestre de 2011 já foram cobrados coercivamente cerca de 500 milhões de euros, cerca de metade com recurso a penhoras dos bens e contas bancárias de dezenas de milhares de trabalhadores independentes.

Incompreensível é a afirmação do Sr. Ministro que cabe “ao Tribunal do Trabalho atestar a veracidade da prestação de serviços e não ao IGFSS”, quando sabe que a esmagadora maioria destes trabalhadores se encontram numa situação de uma enorme fragilidade económica.

O Bloco de Esquerda verifica assim que o Ministro Pedro Mota Soares, apesar das várias promessas que o seu partido realizou aquando da campanha eleitoral aos falsos recibos verdes, decide penalizar a parte mais desprotegida de uma relação laboral ilegal e penhorar os bens de dezenas de milhares de pessoas.

De facto, de acordo com os dados do INE existem mais de um milhão e cem mil trabalhadores independentes, a maioria dos quais em situação de falso recibo verde. Assim, centenas de milhares de pessoas nesta situação contraíram uma dívida à Segurança Social que é injusta porque radica na ilegalidade da contratação a que foram sujeitos.

O Bloco de Esquerda não pretende que a dívida dos falsos recibos verdes à Segurança Social

seja perdoada, mas sim que se averiguem as condições em que a mesma foi contraída a fim de se realizar a cobrança justa aos verdadeiros devedores. Aliás, sobre este particular, o Bloco de Esquerda apresentou já por diversas vezes, e já no decorrer da presente Sessão Legislativa, no Parlamento Projectos Lei e Projectos de Resolução onde apresentou mecanismos concretos para a resolução deste problema, nomeadamente através do simples cruzamento dos dados das Finanças com os dados da Segurança Social, expediente que já é realizado para outras situações.

Deste modo, voltamos a reiterar a nossa posição de que é inadmissível que o MSSS realize a cobrança coerciva e a penhora de bens e contas bancárias a dezenas de milhares de trabalhadores independentes sem conhecer as condições concretas em que a dívida foi contraída, compactuando, potencialmente, com as ilegalidades cometidas pelas entidades patronais e escolhendo penalizar milhares de falsos recibos verdes.

Consideramos também que este processo de cobrança deve ser imediatamente interrompido até que o MSSS estabeleça os necessários mecanismos para que a dívida possa ser cobrada aos verdadeiros devedores.

**Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:**

- 1) Reconhece o MSSS que a grande maioria das cobranças coercivas e penhoras estão a ser realizadas a falsos recibos verdes?
- 2) Quando pretende o MSSS instituir os mecanismos para a verificação das condições concretas em que estas dívidas foram contraídas?

Palácio de São Bento, 04 de Agosto de 2011.

**A deputada**

**Mariana Aiveca**